



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

UM OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL NO DIA A DIA DO GESTOR ESCOLAR

EVA PAULIANA DA SILVA GOMES

EDNA CRISTINA DO PRADO

ALEX VIEIRA DA SILVA

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO

O presente trabalho se constitui em uma análise sobre a representação profissional dos gestores das escolas públicas da rede municipal na capital alagoana. O objetivo central que orientou a pesquisa foi analisar como ocorrem os efeitos da representação profissional dos gestores no processo da gestão democrática nas escolas públicas de Maceió. Esse trabalho adotou como opção teórico-metodológica a abordagem qualitativa, dando ênfase à revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas e, para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2002). Os sujeitos da pesquisa foram o gestor da escola com a maior média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o gestor da escola com a menor média no IDEB e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (SINTEAL). O referencial teórico utilizado parte dos estudos de Almeida (2011), Lira (2012), Silva (2003), entre outros. Constatou-se, pelos dados analisados, que a filiação, segundo os sujeitos, não tem contribuído de forma efetiva para o trabalho do gestor no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participação. Representação Profissional.

RESUMEN

Este estudio constituye un análisis de la representación profesional de los directivos de las escuelas públicas municipales en Maceió. El principal objetivo que guió la investigación fue analizar cómo se producen los efectos de la representación profesional de la gestión en el proceso de gestión democrática en las escuelas públicas en Maceió. Este estudio adoptado como un enfoque teórico y metodológico de enfoque cualitativo, haciendo hincapié en el análisis de revisión de la literatura, entrevistas y datos semi-estructurados utilizó el análisis de contenido de Bardin (2002). Los sujetos fueron gerente de la escuela con el promedio más alto en el Índice de Desarrollo de la Educación Básica - IDEB, el gerente con el promedio más bajo en Ideb y el presidente de la Unión de Trabajadores de la Educación de Alagoas (SINTEAL). El marco teórico de los estudios de Almeida (2011), Lira (2012), Silva (2003), entre otros. Fue encontrado por esta investigación que la afiliación no contribuye a la labor del gerente en la vida escolar cotidiana.

Palabras clave: Gestión Democrática. Participación. Representación profesional.

INTRODUÇÃO

As práticas de gestão da escola pública têm se constituído de movimentos de participação, cada um deles regido por ações políticas. “O potencial de participação está relacionado à capacidade do grupo de interesse em mobilizar seus recursos de poder” (SILVA, 2003, p.15). Os instrumentos de luta podem ser organizados, entre outros meios, por “sindicatos e associações”; ambos possuem interesses comuns, e com o intuito de alcançá-los necessitam da

democracia e da participação para proporcionar uma ampliação da consciência política dos trabalhadores, em especial, dos da educação. “É gritante a ausência de pesquisas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos” (ROSSO, 2011, p. 27). Um exemplo de obra que trata desse tema é a de Spósito (2005) que diz:

[...] a bandeira pela democratização da gestão escolar acompanha a luta dos setores mais progressistas da área da educação, encontrando respaldo nas associações e sindicatos de professores. A sua defesa torna-se um dos eixos fundamentais para a realização de mecanismos que incidam sobre o processo de democratização da educação pública no Brasil, possibilitando estender o atendimento, assegurar maiores recursos para a escola pública (SPÓSITO, 2005, p.46).

Diante das considerações de Spósito (2005) compreende-se que as associações e os sindicatos de professores colaboram para o processo de democratização na escola pública. Desse modo, o presente trabalho buscou, dentro da concepção de gestão democrática, identificar o seguinte problema: “O fato de os gestores se organizarem em atividades profissionais traz alguma contribuição para a gestão das escolas?”.

O objeto geral que orientou a pesquisa foi analisar como ocorrem os efeitos da representação profissional dos gestores no processo da gestão democrática nas escolas públicas de Maceió. Os objetivos específicos foram: compreender como se deu a história do associativismo e sindicalismo no Brasil; identificar os efeitos da representação profissional dos gestores das escolas públicas de Maceió/AL.

Entende-se que toda pesquisa é composta por um conjunto de instrumentos metodológicos que muitas vezes apresentam-se diversificados. Para alcançar os objetivos utilizou-se a abordagem qualitativa, pois esta abordagem “[...] apresenta certas características particulares [...] na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias [...]” (BARDIN, 2002, p. 115). Neste sentido, durante a investigação foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas, análise documental e análise de conteúdo para a categorização e análise dos dados consultados.

Os sujeitos da pesquisa foram o gestor da escola com a maior média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o gestor com a menor média no IDEB e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (SINTEAL). Torna-se relevante ressaltar que o presente trabalho é um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas.

2 Associativismo e Sindicalismo no Brasil: breve histórico

[...] logo nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo a partir do processo de independência política e em meio às disputas em torno de diversificados projetos de construção da nação, emergiram grupos e agremiações dispostos a promover a instrução e a educação, constituindo novos espaços de sociabilidade e novos mecanismos de contato entre as elites políticas, as camadas médias urbanas e o “povo miúdo”. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.69)

Durante o Império Brasileiro, nas primeiras décadas do século XIX, conforme mostram Gondra e Schueler (2008), a educação foi promovida por novos espaços de sociabilidade formais e informais, estes espaços foram sendo criados entre os anos de 1820 e 1840. Os espaços de sociabilidade formais eram caracterizados com os grêmios, associações corporativas ou profissionais, científicas, pedagógicas, entre outras. Já as formas de sociabilidade informais trouxeram a multiplicidade de alguns espaços, tais como: as festas, procissões religiosas, manifestações populares, entre outros.

Com a expansão do movimento associativo representados pela constituição de grupos, agremiações e sociedades, Morel (2005 *apud* GONDRA e SCHUELER, 2008) identificou que entre 1820 e 1840 foram registradas 73 (setenta e três) associações, entre elas, destacaram-se 31 (trinta e uma) lojas maçônicas, 11(onze) associações filantrópicas, 9 (nove) sociedades políticas, 8 (oito) sociedades culturais e literárias, 4 (quatro) associações profissionais, 2 (duas) sociedades secretas ou desconhecidas. Professores, médicos, políticos, entre outros partícipes integravam os grupos de intelectuais que se reuniam com a finalidade de alcançar determinados objetivos, entre eles, destacava-se educar e instruir por meio de escolas primárias, secundárias e profissionais, assim houve a fundação de várias associações que

muitas vezes recebiam apoio do governo como doação de materiais ou espaços físicos. “Em linhas gerais, as entidades apresentavam um caráter corporativo e assistencialista, com ênfase na prestação de assistência aos professores”. (ALMEIDA, 2011, p. 133). Desse modo, entende-se que diante do associativismo aqui apresentado nessa época do Império brasileiro havia ausência de debates que discutissem a política educacional diante das práticas cotidianas.

Ao longo do século XIX, os trabalhadores livres que não conseguiam arcar com os próprios custos nos momentos de doença, morte, entre outros aspectos, passaram a fazer parte das associações de ajuda mútua conhecidas como associações mutualistas. Nesse modelo de auxílio mútuo, as primeiras associações são destacadas por Lemos (2009, p. 31) “Sociedade Beneficente dos Cocheiros, que se organizou em 1856, e a Associação Protetora dos Caixeiros, também fundada na década de 1850”. Com o crescimento das associações mútuas houve a obtenção do caráter profissional. “No que tange às associações profissionais, estas podem ter, em sua origem, uma motivação marcada pela posição de confronto, concorrência ou negociação em relação ao poder do Estado” (XAVIER, 2011, p. 194).

Compreendendo a relevância do papel da associação profissional com a presença dos trabalhadores assalariados e suas bandeiras de luta apresentadas ao poder do Estado torna-se imprescindível mencionar o agir coletivo da categoria profissional dos professores em defesa da educação brasileira. Almeida (2011) afirma que a primeira forma de ação coletiva dos docentes se deu por meio de associações.

Do século XIX ao século XX, um número cada vez maior era apresentado por associações e sindicatos, ambos com o intuito de defender os interesses próprios da classe trabalhadora por meio da coletividade. “O sentimento de exploração, a consciência da exploração é uma condição para a existência de sindicato, desde que conduza à organização dos assalariados e que, portanto, represente uma ação coletiva” (ROSSO; CRUZ; RESSES, 2011, p. 113).

Rossi e Gerab (2009, p. 13) afirmam que

Os sindicatos são organismos sociais, que se destinam à defesa dos interesses econômicos e sociais dos componentes das suas respectivas categorias profissionais [...]. Esses interesses são os voltados para as melhorias salariais, das condições de trabalho e das condições de vida, em geral.

Como forma e instrumento de defesa e de resistência coletiva dos assalariados no capitalismo, o sindicalismo nasceu com o surgimento da industrialização e com a força da classe operária. Esta classe visava à maior participação social dos cidadãos. Segundo Andrade (2000, p. 131), “A origem etimológica da palavra Sindicato provém de *syndicat*, ou seja, pessoas que se encontravam ligadas a uma corporação”.

Rossi e Gerab (2009) enfatizam que o sindicalismo foi o resultado das experiências adquiridas pelos trabalhadores que durante as lutas marcadas por derrotas e vitórias agiam contra a exploração patronal e exigiam das lideranças novas formas de organização.

Portanto, os sindicatos surgem e se fortalecem associados ao fortalecimento do capital na medida em que os trabalhadores são obrigados a se unir pela defesa da valorização salarial e pelas condições de trabalho neste sistema. A modernidade, entendida como momento de consolidação das relações de mercado, também favorece a conscientização dos proletários sobre a sua real condição de sobrevivência em uma sociedade regulada por estes pressupostos (LIRA, 2012, p. 32).

Diante das considerações de Lira (2012), compreende-se que o sindicato é uma entidade voltada para a transformação da sociedade com o intuito de superar os diversos problemas sociais e culturais recebidos do passado e enfrentados no presente, isto é, uma entidade revelada a partir das condições de trabalho e da ausência de políticas públicas. “O papel do sindicato é um papel de contestação e desafio à ordem estabelecida. O sindicato vai além da ordem” (ROSSO, 2011, p. 25). Desse modo, é possível afirmar que o sindicato é um sistema político-social dos trabalhadores.

Em seus duzentos anos de história, o sindicalismo foi impactado por diferentes concepções ideológicas e teorias de ação, o que permitiu a construção de uma tipologia bastante ampla, assim como expressões políticas e históricas: anarquista, socialista, reformista, comunista, populista etc. O importante, no entanto, é que, ao longo dos anos, o movimento sindical – conjunto de práticas sociais dos sindicatos com características próprias de cada país – adquiriu um peso social e uma força decisiva nos contextos nacionais (NASCIMENTO, 2010, p. 17).

As concepções ideológicas marcadas como expressões políticas e históricas apresentadas por Nascimento (2010) deram-se por conflitos, pois havia algumas divergências entre as atitudes do sindicalismo populista, anarquista,

socialista, reformista, comunista e outros, os quais desempenhavam uma política de forças nas sociedades capitalistas[1]. Rossi e Gerab (2009) afirmam que o período de lutas do movimento sindical se estende com mais força quando Getúlio Vargas chega ao poder.

O primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 – 1934) cria instrumentos de controle para o acompanhamento da relação entre Estado e trabalhadores, o primeiro passo foi dado em 1931 com a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). Em seguida, o decreto nº 19.770 regula a sindicalização das classes patronais e operárias. A partir deste decreto, centenas de sindicatos passaram a ser criados seguindo os direitos e deveres da legislação. Torna-se necessário dar ênfase à mais conhecida ferramenta de luta dos trabalhadores frente aos sindicatos, a greve, utilizada para paralisar as atividades, é vista como uma forma de pressionar os patrões para alcançar as reivindicações.

A classe do magistério ganha uma dimensão coletiva diante da criação e o funcionamento dessas entidades, pois a articulação de opiniões ajuda aos integrantes conduzirem a verdadeira representação do grupo e o desejo de mudança. O sindicalismo docente brasileiro emergiu nos anos de 1970 e, com ele, a centralidade do debate sobre a educação pública no discurso dos professores, os quais passaram a ser os principais elaboradores das propostas oriundas da sociedade civil. A luta por direitos trabalhistas associada a demandas no campo da política de educação são especificidades que caracterizam as ações dos organismos sindicais que congregam a classe do magistério [...] (ALMEIDA, 2011, p. 129).

Após alguns anos de reconhecimento, o movimento sindical decidiu criar uma central e em 1983 surge a Central Única dos Trabalhadores – CUT com ela aumentou-se a pressão dos trabalhadores sobre os patrões. Antunes (1995) enfatiza que são quatro categorias que dão suporte a CUT são elas: trabalhadores rurais, operários industriais, funcionários públicos e os trabalhadores em serviço.

Em todo o País, as diversas categorias profissionais passaram a se organizar em torno de diversos sindicatos por ramo de atividade e os trabalhadores da educação também participaram deste momento da vida nacional. Congregados em associações por segmento profissional, a criação dos sindicatos obedeceu a um movimento nacional de unificação e fortalecimento por ramo de atividade (LIRA, 2012, p. 36).

Com a percepção de que o fortalecimento político da categoria profissional na área da educação deu-se por meio da criação de diversas associações e sindicatos, ambos foram criados para representar a classe docente com isso obteve-se uma construção social e histórica que contribuiu para o desenvolvimento intelectual da categoria, pois o intuito era discutir a importância da educação e a valorização dos profissionais por meio de uma luta coletiva. Desse modo, o processo de reconhecimento das associações e dos sindicatos de professores nos estados brasileiros foi progressivo “[...] as organizações docentes passaram a ser o setor que mais se mobilizou em defesa da escola pública e de sua democratização” (ALMEIDA, 2011, p. 135), mas é importante ressaltar que não somente os professores mostraram interesses para criar entidades. Os diretores das escolas, também passaram a se organizar. Diante disso, o próximo item apresenta como ocorre os efeitos da representação profissional dos gestores no município de Maceió, capital alagoana.

3 Os efeitos da representação profissional dos gestores

Os sindicatos e as associações são vistos como instrumentos de luta no processo de democratização da educação pública. Dessa forma, os gestores, sujeitos da pesquisa, foram indagados se a participação no sindicato ou na associação contribuiu para o seu desempenho enquanto gestor.

O fato de participar de um sindicato fortalece. A gente precisa ver quais são os problemas que afetam a educação, não só a educação, mas a sociedade em geral. O sindicato é uma forma da gente se defender com mais força, procurar ver as necessidades do coletivo e agir, porque quando a gente se une a gente tem mais poder; sozinha, infelizmente, a gestão não conseguiria, mas quando estamos juntos conseguimos defender os interesses (G2, filiada ao SINTEAL).

Em primeiro lugar, a gestora declara que a participação no sindicato fortalece as discussões em grupo, mas diante do

que foi mostrado percebe-se que os gestores não se enquadram de maneira específica na luta por melhorias para a educação no próprio sindicato, pois esse profissional vê a função de gestor como algo passageiro que, ao término, o ex-diretor volta a ocupar o cargo de professor. Diante disso, todos os profissionais da educação participam, mas de fato o que prevalece no movimento sindical são discussões direcionadas para os interesses do professor representando um papel relevante na sociedade.

O gestor que não apresenta filiação no SINTEAL traz um olhar crítico sobre o tipo de contribuição que é dada aos gestores.

É complicado...(risos)...o que eles contribuiriam? Eu acho que não mudaria nada na minha prática, eu tiro pelos colegas que eu conheço. Mesmo sendo associados eles se sentem muito sós, mesmo com associação que o objetivo deles é se fortalecer, mas não vejo reivindicar melhorias na educação, na infraestrutura; mesma coisa do sindicato, o objetivo é o fortalecimento. Eu sei se não fosse o sindicato seria pior para reivindicar reajustes salariais, terço de carga horária que foi conseguido agora há pouco, mas no fundo, no fundo a gente se sente só, a gente vê que todos esses esforços não adiantam muita coisa (G3, gestor não filiado, grifos nossos).

Pelo fato de não ser membro de associação ou sindicato o diretor faz uma comparação com os colegas que são filiados às entidades e mais uma vez a palavra “fortalecimento” aparece no discurso. Entende-se que o sentido dessa palavra está relacionado ao modo de organização da classe trabalhadora em que a união dos participantes remete a uma grande quantidade de pessoas que se reúnem para fazer reivindicações frente ao governo; dessa maneira, quanto maior o número de trabalhadores maior a força no movimento sindical. As reivindicações que mais prevalecem, segundo a fala do diretor, é a busca de novos reajustes salariais e diminuição da carga horária. Segundo Rosso (2011, p. 20), “[...] a relação com os governos e, mais profundamente, a relação do sindicato com o Estado, com seus aparatos ideológicos e repressivos, constitui um problema magno tanto no nível político, quanto teórico”. Perante esta afirmação de Rosso (2011) sobre o problema de relacionamento entre sindicato e governo, tornou-se necessário identificar como ocorre o diálogo entre o Sinteal e o governo do Estado de Alagoas.

Nós já tivemos sérios problemas com alguns secretários de educação. O que a gente coloca é que não basta apenas o diálogo, faz-se necessária a implementação de políticas públicas. É das nossas bandeiras, das nossas pautas, porque nós aprimoramos por uma educação com qualidade social para o filho da classe trabalhadora. E a nossa razão, hoje, dessa entidade é a organização dos trabalhadores e também uma política educacional que nos atenda. Então, não dá pra gente apenas conversar, ter um bom relacionamento se as coisas não avançam, isso não nos interessa muito. Nós não vivemos apenas de diálogo, nós vivemos num estado onde temos os piores indicadores sociais, principalmente em educação [...]. A gente quer algo que realmente atenda as necessidades da sociedade (Presidente do SINTEAL).

Enquanto representante de classe, a presidente do Sinteal menciona a sua experiência voltada para a dificuldade que o sindicato enfrenta diante de um governo que se mostra fragilizado para dar o suporte que a educação alagoana, as crianças e os jovens necessitam. O diálogo com o governo é permitido, as cobranças são definidas, porém as ações tão almeçadas pela categoria não avançam do modo como deveria acontecer.

As avaliações externas intituladas como SAEB, IDEB, entre outras, definem o estado de Alagoas no rol dos piores rankings do ensino público por meio de uma avaliação quantitativa baseada em números. Ao direcionar o olhar para uma avaliação que define o resultado de cada escola, como, por exemplo, o IDEB, os gestores são os primeiros a serem observados. Dependendo do resultado muitos ficam desmotivados, outros, mostram-se satisfeitos com o resultado obtido. A má qualidade das escolas envolve estrutura física e falta de profissionais; estes são alguns dos fatores que se enquadram nos problemas do âmbito educacional.

Essa má qualidade é devida a vários fatores: falta de autonomia da escola, políticas educacionais inadequadas, baixos salários dos profissionais da educação, condições precárias de trabalho, formação deficiente de professores e gestores, falta de motivação, pouco reconhecimento e valorização da profissão, origem socioeconômico-cultural dos alunos, falta de colaboração da comunidade local, etc. (SANTOS, 2002, p. 24).

Os diversos fatores apontados por Santos (2002) justificam a representação da má qualidade do ensino público. A falta

de valorização da profissão é um dos mecanismos de conduta que influencia a categoria profissional a caminhar em busca de mudanças, mas “[...] a participação e o envolvimento das pessoas como sujeitos de condução das ações é apenas uma possibilidade, não uma garantia” (PARO, 2003, p.100). Garantir os direitos necessários é um desafio, principalmente quando se trata de uma sociedade com fortes marcas tradicionalistas, em que o autoritarismo não assegura e nem possibilita melhorias para o ensino público. Por meio desta reflexão depreende-se que o sindicato apresentado como um dos instrumentos de luta dos trabalhadores da educação, o Sinteal, durante a caminhada mostra que sozinho não consegue resolver os diversos problemas, pois garantir uma educação de qualidade é dever do Estado. Por ser uma entidade que representa a categoria profissional, os membros se organizam para o alcance da valorização da classe, tendo como destaque os professores da rede estadual e municipal do Estado de Alagoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir acerca da representação profissional dos gestores escolares na capital alagoana; para isso foi necessário compreender como ocorreu no Brasil o processo histórico do associativismo e sindicalismo a partir das primeiras décadas do século XIX.

Constatou-se pela presente pesquisa que a obtenção do caráter profissional dos espaços de sociabilidade deu-se com o crescimento das associações mútuas. Diante disso, tornou-se possível perceber que a luta por meio da ação coletiva dos docentes foi iniciada por meio de associações. Do século XIX ao século XX registrou-se um número cada vez maior de associações e sindicatos, tornando-se relevante ressaltar que o sindicalismo docente emergiu especificamente nos anos 1970.

Compreendendo-se que os instrumentos de luta – associação e sindicato - dos trabalhadores da educação passaram a ser criados para representar o desenvolvimento intelectual da categoria bem como defender a escola pública no sentido de democratizá-la e reivindicar melhores condições frente ao governo. A partir deste entendimento a presente pesquisa analisou como ocorrem os efeitos de representação profissional dos gestores no processo da gestão democrática nas escolas públicas de Maceió.

A partir dos dados coletados e da análise realizada foi possível constatar diante das falas dos entrevistados que a filiação não contribui, de forma efetiva, com o trabalho do gestor no cotidiano escolar e a relação com o sindicato se dá por meio de assembleias, mobilizações para aumento de salário e não mediante uma inserção ativa no dia a dia da escola.

As considerações aqui apresentadas devem ser vistas como registro do estudo realizado e não como conclusões, pois o trabalho preencheu várias lacunas e deixou tantas outras a preencher. Desse modo, é possível afirmar que a temática é muito vasta e suscita a realização de outros estudos na educação municipal de Maceió no âmbito da gestão democrática, pois é possível afirmar que o Estado de Alagoas necessita de muitas investigações que revelem a realidade do cotidiano das escolas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danusa Mendes. Educação, sindicalismo docente e a retórica da gestão democrática: o caso cearense. In: ROSSO, Sadi Dal (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. Brasília: Paralelo, 2011.

GONDRA, José Ginçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Sinais de coesão: as referências associativas dos professores públicos primários no século XIX. **Trabalho e Educação**, vol. 18, nº 1 – Jan./Abr 2009. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/399/464>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LIRA, Jailton de Souza. **A trajetória sindical dos trabalhadores da Educação em Alagoas. Dissertação de Mestrado**. Maceió, 2012. 197 f.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de Diretores: a escola pública experimenta a democracia**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROSSO, Sadi Dal et alii. **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo, 2011.

ROSSO, Sadi Dal; CRUZ, Hélvia Leite; RESES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Pro-Posições** [online]. 2011, vol.22, n.2, p. 111-113. ISSN 0103-7307.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudança**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Baptista (Org.). **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2005. 4ª edição.

XAVIER, Libiana. Ação coletiva, oportunidade política e identidade docente nos jogos de poder: um ensaio a partir dos movimentos docentes brasileiro e português. In: ROSSO, Sadi Dal (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo, 2011.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação vinculados ao Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); integrante do grupo de pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE) CNPq/UFAL. e.pauliana@gmail.com

Profa. Dra. do PPGE/CEDU/ UFAL, líder do grupo de pesquisa Gestão e Avaliação Escolar - GAE - (CNPq/ UFAL). wiledna@uol.com.br

Graduando do Curso de Pedagogia vinculado ao Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). alexpedufal@gmail.com

Recebido em: 30/04/2015

Aprovado em: 05/05/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: